



Estratégia
CONCURSOS

11 Dias de Simulados Abertos

PCDF

Direito Administrativo



Simulado Especial

Simulado PCDF – Direito Administrativo

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do PCDF;
- 2 – A prova contém 20 questões que abordam temas de Direito Administrativo cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelo Prof. Antônio Daud com base no perfil da banca organizadora Cespe, certo/errado.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 6 – A partir das 19h, o Prof. Antônio Daud iniciará a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube. Ele resolverá todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-PCDF-24-10>

- 01 – C E
- 02 – C E
- 03 – C E
- 04 – C E
- 05 – C E
- 06 – C E
- 07 – C E
- 08 – C E
- 09 – C E
- 10 – C E
- 11 – C E
- 12 – C E
- 13 – C E
- 14 – C E
- 15 – C E
- 16 – C E
- 17 – C E
- 18 – C E
- 19 – C E
- 20 – C E

DIREITO ADMINISTRATIVO

De acordo com o regramento previsto na Constituição Federal e na Lei Complementar 840/2011, julgue os itens que se seguem:

01. São considerados estáveis no serviço público os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, após três anos de efetivo exercício, sendo prescindível a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

02. Situação hipotética: Margarida, escritã da Polícia Civil do Distrito Federal, estável no serviço público, sofreu forte acidente automobilístico, o qual a incapacitou para o labor, tendo sido aposentada por invalidez. Passados quatro anos, junta médica oficial do órgão público declarou insubsistentes os motivos da aposentadoria por invalidez, na medida em que a servidora se encontrava plenamente reabilitada, inclusive fisicamente. **Assertiva:** Nessa situação, a Administração estará obrigada a determinar a readaptação da servidora.

03. Suponha que Chiquinho fora aprovado em concurso público de provas e títulos, sendo posteriormente nomeado para cargo de provimento efetivo. Ao entrar em exercício, Chiquinho ficará sujeito a estágio probatório, período em que a Administração avaliará os seguintes fatores: disciplina, capacidade de iniciativa, pontualidade, produtividade, responsabilidade e capacidade física.

Tomando por base os poderes da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

04. Entre os poderes conferidos aos gestores públicos está o poder de polícia, o qual autoriza a criação de condicionamentos e restrições a atividades particulares, em benefício da coletividade, a exemplo da aplicação de sanções a servidores públicos infratores.

05. Muito embora o texto constitucional exija a edição de lei para a criação de órgãos públicos, atualmente sua extinção pode ser realizada mediante decreto, desde que a supressão não implique aumento de despesa.

Orlando Cenoura, prefeito do município Vale da Coruja, deliberadamente deixou de cumprir requisitos de acessibilidade previstos em lei, durante sua gestão no ano de 2017. Apesar disso, suas contas foram aprovadas pela câmara de vereadores, em razão de o gestor não haver praticado nenhuma outra irregularidade naquele exercício. Tomando por base a mencionada situação hipotética e as regras da Lei 8.429/1992, avalie os dois itens a seguir:

06. O referido prefeito, apesar de ostentar a condição de agente político, está sujeito às sanções da lei de improbidade administrativa.

07. Mesmo se estivesse sujeito às sanções da lei de improbidade administrativa, no presente caso o prefeito não responderia por ato de improbidade administrativa, tendo em vista a aprovação de suas contas pela respectiva câmara de vereadores.

08. Caso respondesse por ato de improbidade administrativa, Orlando estaria sujeito ao pagamento de multa civil no valor de até duas vezes o prejuízo causado à administração municipal.

No que diz respeito à organização administrativa, julgue os itens a seguir:

09. Situação hipotética: Romualdo, em visita ao Distrito Federal, foi até o setor da administração direta sul, região da cidade em que se situavam diversos edifícios que abrigam o funcionamento da administração pública. **Assertiva:** Entre as diversas repartições públicas distritais visitadas por Romualdo, pode-se afirmar que a Câmara Legislativa, o Tribunal de Contas do Distrito Federal, a Secretaria de Educação e a Polícia Civil foram corretamente instalados no Setor da Administração Direta Sul.

A Administração do Poder Executivo do Distrito Federal concedeu à Cambaúva, servidor distrital estável, licença para tratamento de interesses particulares, com a duração de 3 anos. Diante desta situação hipotética, julgue os itens a seguir:

10. O ato de concessão da referida licença é passível de revogação pelo Poder Judiciário.

11. O ato de concessão da referida licença pode ser revogado pela autoridade competente, mesmo após o fim do respectivo período de 3 anos.

Julgue os itens a seguir no que diz respeito ao entendimento doutrinário predominante quanto à convalidação, ao desfazimento e aos elementos dos atos administrativos.

12. A convalidação consiste no saneamento de atos administrativos que apresentem vícios sanáveis, resultando na correção do ato administrativo com efeitos *ex nunc*.

13. A competência, enquanto elemento do ato administrativo, tem como característica a irrenunciabilidade, embora a legislação admita que um órgão, se não houver impedimento legal, delegue parte de suas atribuições a outros órgãos, caso os órgãos sejam hierarquicamente subordinados.

14. Situação hipotética: O poder público praticou ato discricionário, autorizando a remoção a pedido do servidor distrital Rosivaldo. Na sequência, o ato de remoção foi revogado, sob a motivação de que havia excesso de servidores na localidade de destino.
Assertiva: O ato de revogação pode ser anulado, inclusive se comprovada a inveracidade do fundamento da revogação.

Tomando por base o regramento contido na Lei federal 9.784/1999, recepcionada em âmbito distrital atualmente pela Lei 6.037/2017, julgue os itens a seguir:

15. Caberá recurso na via administrativa tão-somente em face de razões de mérito, na medida em que as razões de legalidade devem ser objeto de impugnação judicial.

16. Privilegiando o chamado “duplo grau recursal”, a legislação estabelece que o recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.

17. As decisões adotadas por delegação de competência devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo agente delegado.

No tocante aos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais atinentes à responsabilidade civil do Estado e ao controle da Administração Pública, avalie os três itens a seguir:

18. É dever do Estado manter padrões mínimos de humanidade em seus presídios, devendo ressarcir, em caráter objetivo, os danos causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento.

19. A ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica prestadora do serviço público, sendo que o agente público autor do ato é parte ilegítima da referida ação, assegurado o direito de regresso pelo Estado contra o responsável, quando comprovado dolo ou culpa.

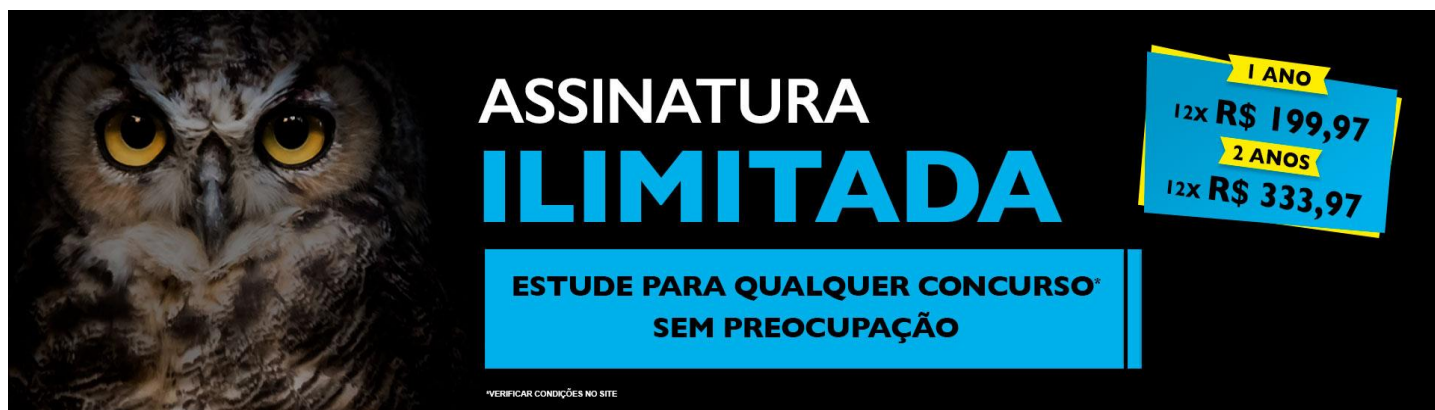
20. É instrumento do controle administrativo da atuação administrativa a representação, a qual consiste na oposição do administrado em relação a atos que afetem seus direitos ou interesses.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-PCDF-24-10>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE